

**PROJETO POLÍTICO, ESPAÇO DE LUTA E ARTICULAÇÕES DE  
TRABALHADORES NOS ENCONTROS DE ENTIDADES COMUNITÁRIAS  
DE CAMOCIM-CE (ENECOMS), 1994-2002**

Vera Lúcia Silva  
Doutorando em História  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)  
Processo nº. 2017/10309-0, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo  
(FAPESP)  
veralucia.historia@hotmail.com

O artigo discutirá a experiência de agricultores, pescadores, agentes de saúde, funcionários públicos municipal e estadual, ligados a diferentes associações de moradores, de pequenos produtores e instituições do campo e da cidade dos municípios de Camocim, Barroquinha e Granja, no Ceará, no processo de formação dos Encontros de Entidades Comunitárias (ENECOMS): como foram feitas as articulações; quais questões os uniam; que bandeiras de luta levantavam; quais espaços alcançaram dentro e fora de Camocim; com quais entidades e instituições dialogavam; que sociedade almejavam, como se constituiu um projeto político e social compartilhado por esses trabalhadores nos anos 1994-2002. As fontes que fundamentam a discussão são compostas por relatórios de atividades, ofícios, listas de presença dos encontros e entrevistas orais com alguns trabalhadores. Tomando como suporte teórico-metodológico, principalmente, E. P. Thompson, Raymond Williams e Alessandro Portelli, busca-se compreender de que forma as articulações desses trabalhadores em torno dos ENECOMS possibilitaram a constituição de ferramentas para que lutassem por melhores condições de vida e de trabalho.

**Palavras-chave:** Trabalhadores, ENECOMS e luta.

**Articulações iniciais**

Procura-se, neste artigo, analisar a experiência de constituição dos Encontros de Entidades Comunitárias de Camocim (ENECOMS) tomando como base a abordagem de E. P. Thompson (2011), considerando-a a partir de seus próprios elementos históricos. Nos primeiros anos, esses encontros criaram uma rede de articulação entre trabalhadores de cerca de 40 associações comunitárias, sindicatos e outras organizações sociais, chegando a formar uma Federação de Entidades Comunitárias (FENECOM), em 1997, e se caracterizaram pela luta por sobrevivência através da formação de trabalhadores – agricultores, em sua maioria, pescadores, agentes de saúde, funcionários públicos municipal e estadual –, de ações reivindicatórias e da busca por projetos de geração de renda sem enfrentamento direto ao poder público.

Eles tiveram início com o trabalho de articulação do Serviço de Promoção Humana (SPH) com outras organizações sociais, no momento em que iniciou uma nova fase de atuação no município de Camocim a partir de 1993. O SPH é uma associação civil de caráter social, fundada a 06 de maio de 1962, na cidade de Camocim, pelo então padre Luís Gonzaga de Melo, com o fim de desenvolver um trabalho social junta às famílias de pescadores e prostitutas, para enfrentar problemas relacionados ao analfabetismo, à moradia, à falta de alimentos e de assistência básica à saúde, no bairro São Pedro.

Posteriormente, na diretoria do Padre Benedito Genésio Ferreira, a partir de 1967, expandiu-se para os bairros de São Francisco e Cruzeiro e para a localidade de Tamboril, situada na zona rural do município, fundando escolas para atender os filhos dos sócios e desenvolvendo atividades comunitárias com os trabalhadores associados – como hortas, roçados, padarias, artesanatos, clubes de mães – e trabalhos assistenciais, como do Posto de abastecimento – que vendia gêneros de primeira necessidade a preço de custo –, gabinete odontológico, ambulatório, farmácia popular etc. Entre 1979 e 1992 sofreu um processo de redução gradativa de suas atividades, chegando a sua quase extinção<sup>1</sup>.

Visando fortalecer-se e formar novas parcerias, o SPH estabeleceu, em 1993, os primeiros contatos com o professor José Osmar Fonteles<sup>2</sup>, da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), para a realização de um ciclo de estudos sobre organização de entidades sociais e sobre o exercício da cidadania, bem como a elaboração de projetos para a captação de recursos.

No segundo semestre de 1994, participou, na cidade de Sobral-CE, de uma série de encontros de integração entre a Pró-Reitoria de Extensão da UVA, a Fundação de Ação Social (FAS) e associações que representavam dez diferentes municípios cearenses, promovido pelo Núcleo de Educação Popular (NEP)<sup>3</sup> da UVA, para discutirem sobre a organização de entidades comunitárias. No final deste mesmo ano, seguindo uma das decisões finais desses encontros de que as associações participantes deveriam dar

---

<sup>1</sup> Para um estudo mais aprofundado sobre o SPH, ler SILVA; AGUIAR, 2014 e SILVA, 2015.

<sup>2</sup> Tem um histórico de militância no Dia do Senhor – movimento católico da Diocese de Sobral-CE – e do Movimento de Educação de Base (MEB), da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) nos anos 1970-1980. No início da década de 1990, o professor José Osmar Fonteles também era pró-reitor adjunto da extensão da UVA e desenvolvia, ao lado do professor Benedito Genésio Ferreira, pró-reitor de extensão e presidente do SPH, atividades no Núcleo de Educação Popular (NEP).

<sup>3</sup> O NEP desenvolvia, através da Pró-Reitoria de Extensão, um trabalho com a população não-acadêmica, que tinha a preocupação em aproximar universidade e sociedade.

continuidade aos debates em seu lócus de atuação, o SPH iniciou a preparação do primeiro encontro das organizações sociais de Camocim<sup>4</sup>, fazendo um levantamento nominal de associações comunitárias, de moradores, de pequenos produtores, conselhos e outros grupos sociais. Em seguida, enviou a todas essas organizações uma circular convidando-as para o encontro, como foi possível constatar por meio dos anexos do relatório de atividades (FERREIRA, FONTELES, 1994)<sup>5</sup>.

Preparado com o apoio do professor Manoel Zenóbio de Vasconcelos, do advogado Antônio Lourenço Tomás Arcaño, representantes do Centro de Estudos e Apoio ao Trabalhador (CEAT)<sup>6</sup>, e do professor José Osmar Fonteles, que ajudaram a definir a sua metodologia e objetivos (FONTELES; FERREIRA, 1994) e realizado na sede do Centro Social Urbano (CSU), em 17 de dezembro de 1994, esse primeiro encontro objetivou conhecer de forma mais aprofundada as associações, comunidades e grupos de trabalho que existiam em Camocim, suas atividades e projetos para o futuro e discutir o que poderiam fazer em conjunto.

A partir desse encontro muitos outros foram realizados até junho de 2002, totalizando 38 gerais e mais de 50 zonais. Além de abranger Camocim, eles incorporaram representantes de associações dos municípios cearenses de Barroquinha e Granja. Os primeiros encontros, denominados pela documentação escrita e oral, como *gerais*, foram realizados no Centro Social Urbano (CSU), em Camocim. No 8º encontro, os participantes decidiram criar os *zonais* (LINHARES; FERREIRA, 1996), com o objetivo de superarem as dificuldades de deslocamento do campo e desses outros municípios para participarem dos ENECOMs no CSU, provocadas pela falta de transportes e de estradas para Camocim, e por não terem condições de custear as despesas com hospedagem durante os dois dias de debates. A cada ENECOM zonal escolhiam uma associação ou

---

<sup>4</sup> Outras atividades realizadas pelo SPH na década de 1990 e início dos anos 2000 foram nos conselhos municipais, contribuindo para a criação do Conselho da Criança e do Adolescente de Camocim e como membro do Conselho de Saúde e do Conselho de Assistência Social; na Escola de Promoção Humana (EPH) – fundada em 1969 para agregar as escolas isoladas dos bairros São Francisco e Coqueiros –, reativando suas atividades com a formação de turmas de alfabetização infantil e de adultos e do 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental I; e na comunicação social, com a criação de uma rádio comunitária em 21 de fevereiro de 1997 (SILVA, 2015, p. 54).

<sup>5</sup> Essa documentação está disponível para pesquisa no Núcleo de Estudos e Documentação Histórica (NEDHIS) da UVA, à Av. John Sanford, n. 1845, Junco, na cidade de Sobral-CE.

<sup>6</sup> Nessa época, o CEAT desenvolvia um trabalho social na defesa dos trabalhadores rurais envolvidos na luta pela terra.

entidade rural para sediá-lo. Esta, por sua vez, agregava todas as associações das localidades próximas a ela, possibilitando, assim, a participação de um maior número de trabalhadores, inclusive, daqueles que não eram filiados a nenhuma associação, e a discussão de temáticas relacionadas aos problemas que os moradores daquela área enfrentavam no dia a dia, tais como a questão da terra para moradia e cultivo de produtos de subsistência, do desmatamento dos mangues pelos empresários das salinas, da pesca predatória. Os encontros gerais passaram, desde de então, a ocorrer duas vezes por ano: uma para planejamento dos encontros zonais e das atividades; e, outra, para avaliação.

Entre 1994 e 2002, os trabalhadores discutiram diversas outras temáticas relacionadas às questões presentes em seu cotidiano, tais como: o neoliberalismo e o movimento comunitário, associativismo *versus* individualismo, desafios das organizações comunitárias, previdência social e trabalhador rural, ética e política, educação política e movimento comunitário, reforma agrária, experiências de assentamento de reforma agrária, sindicalismo rural, vivenciar a vida comunitária como instrumento de luta, formas alternativas da agricultura familiar, libertação e cidadania, luta e união das associações comunitárias (FERREIRA, 1999). Os temas eram escolhidos pelos próprios participantes que sugeriam em cada ENECOM o que seria discutido no encontro seguinte.

Criados como um coletivo informal que reunia trabalhadores – agricultores, pescadores, funcionários públicos – representantes de entidades, instituições e organismos que trabalhavam com comunidades direta e indiretamente, visando, conforme está expresso no folder do 9º encontro, “um maior conhecimento mútuo e uma melhor articulação na luta e conquista de condições de vida mais dignas dos associados” (1996), os ENECOMs foram se constituindo em encontros de formação política e discussão sobre os problemas que esses trabalhadores enfrentavam no seu dia a dia, de socialização de conhecimentos acerca de seus direitos sociais, tais como previdência rural, moradia, educação, sobre as questões políticas locais e nacionais, sobre como organizar suas associações e criar projetos de geração de trabalho e renda.

**Conhecer é tornar-se autônomo**

Na década de 1990, era uma prática corriqueira em Camocim a criação de associações para solicitar projetos de geração de renda e como condição inicial para reivindicar assentamento rural junto ao governo do Estado e federal. A falta de conhecimento sobre os trâmites legais para fundar e manter uma entidade fazia com que muitos moradores da zona rural do município buscassem a ajuda de vereadores.

O trecho a seguir da entrevista<sup>7</sup> com Benedito Genésio Ferreira, à época presidente do SPH, pró-reitor de Extensão da UVA e um dos principais articuladores dos ENECOMs, contribui para compreender como se dava esse processo de criação de associações e sua relação com os projetos:

**Vera Lúcia** – Pela documentação também sobre os encontros é possível perceber o anseio das entidades, associações e movimentos envolvidos pela conquista de projetos, né, pela aprovação. Tais projetos eram financiados pelo governo? Condiziam com a realidade local dessas organizações? É possível afirmar se era um meio do governo neutralizar a participação, mobilização e o poder dos movimentos sociais de elaborar seus próprios projetos e reivindicar, protestar, enfim, lutar por uma sociedade menos desigual, onde os mais pobres teriam acesso à educação, à saúde, à terra para morar e trabalhar, à comunicação, ao transporte etc.?

**Benedito** – [...] Ficava claro para nós que aqueles projetos eram uma, uma artimanha... para que o governo nos tivesse ao seu lado, né. Como você mesmo observa... [...] Desarticular as nossas reivindicações, fazer que nós esquecêssemos a nossa real situação. Então, esses projetos eram projetos feito de gabinete, né. Vinham prontos. Existia até fábrica de estatuto de associação, né. Nós descobrimos uma vez uma [...] série de associações que foram, foram fundadas no mesmo dia, né, e os estatutos eram totalmente idênticos em tudo, apenas mudava o nome da localidade etc. Então, a gente via que existia um laboratório, fora das associações, que produzia esses, esses estatutos, fazia um projeto que não condizia com a realidade, né, não condizia com a realidade e nem o governo tinha condições, tinha pessoal preparado, disposto, né, de arregaçar as mangas e trabalhar junto com o povo, né... Entrega: “Tá aí”, é como diz, “tá aí, te vira, né, contanto que tu estejas ao... ao meu lado e não cries, não cries problema para mim”, né, quer dizer, era uma maneira de uma alienação, de uma compra, né, da consciência do pessoal através desses projetos e, infelizmente, isso foi endossado por muitas associações, né. (FERREIRA, 2016)

A relação de troca de favores com os políticos locais era muito vantajosa para estes, pois possibilitava a eleição de determinados candidatos e sua permanência no poder

---

<sup>7</sup> Na análise das fontes orais, parte-se da abordagem metodológica de história oral de Alessandro Portelli, para quem a narrativa resultante de uma entrevista é produto: “[...] da intervenção de um ouvinte e ‘questionador’ especializado: um historiador oral com seu projeto. Ele dá início ao encontro e cria o espaço narrativo para o narrador – que tem uma história a contar, mas que não a contaria daquela maneira em outro contexto ou a outro destinatário”. (2010, p. 212)

durante anos. Por lado, as associações criadas somente com a função de solicitar algum projeto, como de instalação de luz elétrica, por exemplo, logo após atingir seu objetivo entravam em decadência.

A maioria dos participantes dos ENECOMs teve acesso apenas as séries iniciais do ensino fundamental; outra parte, era analfabeta. Tinha conhecimento sobre sua lida no campo e experiência no Movimento de Educação de Base (MEB) ou em movimentos religiosos, como nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), no Dia do Senhor<sup>8</sup>, mas não sabia como elaborar um estatuto, uma ata e um relatório de atividades de uma associação.

A participação desses trabalhadores nos encontros, portanto, advinha do desejo de aprender como se constituía uma associação, como administrá-la e buscar melhorias para seus membros por meio da conquista de projetos criados a partir dos problemas que a comunidade vivenciava e, conseqüentemente, de superar a relação de dependência com os políticos. Para muitos, os ENECOMs se constituíram no único espaço de formação escolar que até então tinham frequentado, como aponta José Ribamar dos Santos (2016), secretário do zonal de Jacarandá, à época.

A fala de Erasmo de Assis Pinto, que foi coordenador do Zonal de Guriú, expressando o que os ENECOMs representavam para ele ao ser indagado sobre o motivo que o levou a participar dos encontros, aponta a troca de experiências como outra questão que os uniam em torno dos ENECOMs:

**Erasmo** – [...] os encontros... ENECOM foram momentos de muita... é... muita alegria, muita descontração, mas também foram momentos de uma profunda troca de experiência, troca de ideias. Lá... funcionava assim como um fórum de debate, onde havia debates, troca de ideias e havia também cordi... a cordialidade, né, a amizade, as pessoas se conheciam e ficavam amigas, né. E através da troca de experiência, a gente... eu sentia que aquilo fazia bem, crescia, a gente crescia, né. Crescia como pessoa humana, crescia na parte de experiência, né, com os colegas, com os companheiros e aprendia também com os companheiros. Aprendia uma verdadeira lição de vida. (PINTO, 2018)

Muitas associações que tinham representações nos ENECOMs nasceram junto à luta pela terra, como a de Guriú, e os encontros possibilitaram que os assentados de

---

<sup>8</sup> O Movimento do Dia do Senhor surge em 1965, na Diocese de Sobral, capacitando camponeses para a leitura do Evangelho, na ausência de padres (BEZERRA, 2008).

diferentes localidades compartilhassem suas experiências. Um estudo da documentação sobre o 11º ENECOM (SILVA, 1996a; 1996b; COORDENAÇÃO GERAL DOS ENECOMS, 1996), que discutiu a previdência social rural, agricultura e meio ambiente, mostra o intercâmbio dos participantes com integrantes da Fundação Cultural, Educacional Popular em Defesa do Meio Ambiente (CEPEMA), de Sobral-CE, ao participar de um dia de Campo para aprender formas de lidar com a terra sem o uso de produtos químicos e de manejo e irrigação do solo da Caatinga, no mês seguinte a realização daquele encontro.

Durante o 30º encontro, com o tema *Participação popular e administração Pública*, realizado nos dias 19 e 20 de agosto de 1999, os representantes de associações receberam em Camocim membros do Conselho Comunitário de Santana do Acaraú (CCSA) – popularmente conhecido como Conselhão<sup>9</sup> – com intuito de conhecer o trabalho que vinha desenvolvendo junto a gestão municipal de Santana. O Conselhão era constituído por delegados, formados por agricultores representantes de associações de moradores, que, em suas reuniões, de acordo com Clódsen dos Santos Silva, “levavam as demandas de suas localidades ao prefeito e aos secretários e delegados de outras localidades do município” (2004, p.9).

Nesse encontro, a coordenação dos ENECOMs convidou, além dos representantes de associações, conselhos, centros e outras organizações sociais, todos os candidatos ao cargo de prefeito e de vereador de Camocim no pleito de 2000 com a perspectiva de que pudessem implementar em suas gestões formas de participação popular na administração pública. Embora apenas 4 dos 71 vereadores convidados, 2 dos três candidatos a prefeito e cerca de 50% dos trabalhadores presentes em encontros anteriores tenham participado (COORDENAÇÃO GERAL DOS ENECOMS, 2000), estes tiveram a oportunidade de ampliar seus conhecimentos sobre práticas democráticas.

Proporcionar não só relações de trocas de conhecimentos, como de amizades, de solidariedade na luta, enfatizadas por Erasmo, fazia parte de um projeto de sociedade, onde os valores comunitários deveriam estar na base como forma de resistir às práticas

---

<sup>9</sup> A partir de 1989, “O município de Santana do Acaraú foi dividido em dez Zonas Administrativas Comunitárias (ZACs). Em cada zona foram criadas associações comunitárias. Estas associações elegem representantes (delegados) para compor o Conselhão.” (SILVA, 2004, p. 9). O Grande Conselho Comunitário do Município de Santana do Acaraú (GCCM) foi criado pela Lei, n. 300 de dezembro de 1992.

neoliberais que ganhavam cada vez mais força no Brasil, com a privatização de bens públicos, cortes na educação e na saúde e a tentativa de desarticulação das organizações sociais.

O slogan dos encontros e, posteriormente, também da federação, foi retirado dos princípios do movimento comunitário – organização, articulação, participação e consciência crítica da realidade –, apresentados pelo técnico da FAS, José Demontier da Silva, no 3º ENECOM (FERREIRA, 1995). Depois, foi acrescentado um 5º princípio, a ação transformadora, pois, não bastava estarem organizados, articulados e terem conhecimento de sua realidade, se não agissem para transformá-la. Tais princípios, de acordo com a fala de Benedito Genésio Ferreira:

Benedito – [...] aquelas [...] cinco palavras expressam muito bem a ideia da sociedade que... que nós tínhamos, que nós vivi... vivenciávamos e a, a sociedade que nós queríamos construir [...] com o nosso trabalho, né. Nós queríamos uma associação, uma sociedade participativa, então, que diga não ao comodismo, à acomodação, ao individualismo, né; queríamos uma sociedade mobilizada, né, articulada, né, quer dizer unida, quer dizer um conhecendo bem o outro, se articulando, se unindo ao outro e uma sociedade também... é... mobilizada, quer dizer, que... se mova, que não esteja parada, [...] não esteja na inércia. E, para que isso aconteça, é necessário então que nós saíamos do, do senso comum, do senso comum, do, do conhecimento me... meramente [som de moinho de vento] popular, né, do conhecimento do senso comum conhecido pela, pela li... literatura, né; e ter uma visão crítica da realidade, a partir dessa consciência ingênua, ter uma consciência explícita, não é, esclarecida. E, e só a partir daí é que se pode pensar numa ação. É por isso que... Lênin diz, né, “não há revolução sem teoria”, né, “não há revolução sem teoria”. Então, é... a, a importância do conhecimento é fundamental e, e a gente pode dizer que todo movimento dos ENECOMs era no sen... era movimento conscientizador em função de uma ação transformadora [latido do Lírio]. (FERREIRA, 2018)

Embora não adotassem formas de enfrentamento direto ao poder público, visando alcançar mudanças na sociedade, com greves, manifestações, por exemplo, buscavam meios de lidar com os problemas locais, fazendo denúncias, através de abaixo-assinado, contra a pesca ilegal, a invasão de grileiros e empresários às suas terras, a destruição dos mangues; reivindicando o documento de posse de áreas de assentamento; de melhorar suas condições de vida e de trabalho com aprovação de projetos financiados pelos órgãos públicos.

É importante salientar que esses trabalhadores buscavam não só a garantia desses direitos por parte do poder público através do associativismo, mas o próprio direito de

serem reconhecidos enquanto pessoa na sociedade, o direito à visibilidade de suas ações, resistências e projetos.

Outro interesse em participar dos ENECOMs era o fortalecimento de suas associações. Os trabalhadores acreditavam que juntas teriam melhor êxito em suas reivindicações, por isso, no 17º encontro, em 24 de maio de 1997, criaram a Federação de Entidades Comunitárias de Camocim (FENECOM), com a finalidade principal de:

[...] constituir-se em uma instância de representação formal de Entidades Comunitárias e congêneres e em um espaço de discussão, mobilização e participação na luta e defesa das Políticas Sociais garantidas pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual e pela Lei Orgânica Municipal, dentro dos critérios da participação, organização, articulação e visão crítica da realidade histórica [...]. (LIMA, 1997, p. 3)

A FENECOM daria apoio às associações filiadas no cumprimento de suas obrigações jurídicas, como declaração de imposto de renda, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Ter uma representação formal a quem pudessem se dirigir e com quem lutassem por melhores condições de vida e de trabalho tornavam as associações capaz vez mais independentes dos políticos.

Com a notícia da criação da FENECOM, o prefeito de Camocim da época, Sérgio Aguiar, tentou indicar uma pessoa de sua confiança para a presidência, mas como os trabalhadores decidiram por um estatuto parlamentarista, a federação não teria um presidente. Para tentar desarticulá-los, criou a nível municipal um órgão que daria assistência às associações de Camocim, chamado de Departamento de Ação Comunitária (DAC), que passou a funcionar paralelamente a FENECOM.

Mas, é necessário considerar que o prefeito anterior, Antônio Manuel Veras, que já vinha contribuindo com as atividades do SPH, apoiou os trabalhos dos ENECOMs, contribuindo com a alimentação para seus participantes e cedendo o CSU para sua realização.

Mantendo a estrutura administrativa dos ENECOMs, a federação era composta por uma Assembleia geral, formada por dois representantes de cada entidade filiada – o órgão de instância maior –, uma coordenação geral, constituída por dois membros de cada zonal, um secretário executivo, um tesoureiro, um conselho fiscal, com três membros titulares e três suplentes. Essa forma de organização permitia que os próprios filiados

participassem mais efetivamente dos trabalhos que seriam realizados pela FENECOM e fossem construindo seus mecanismos de enfrentar os problemas do dia a dia.

A partir desse momento, os ENECOMs passaram a ser articulados pela federação, embora o SPH continuasse participando deles e contribuindo com sua realização ao ceder o espaço físico, pessoas para preparar a alimentação dos participantes, por exemplo.

Diferentemente do período que a documentação escrita se refere como informal – em que os representantes de associações contribuía de forma voluntária apenas com a alimentação quando era realizado cada encontro –, com a criação da FENECOM, todas as entidades filiadas teriam que pagar uma taxa para a manutenção de suas atividades.

### **Considerações finais**

A convivência nos encontros, antes e depois de criarem a federação, com a troca de experiências e a solidariedade entre os participantes dos ENECOMs foi influenciando nos modos de organização das diversas associações e movimentos congêneres, na forma de trabalhar, constituindo lutas e resistências às práticas políticas, baseadas nas trocas de favores, e às neoliberais que atingiam o modo de vida comunitário e de luta pelo bem comum<sup>10</sup>.

A adesão de diversas organizações do espaço urbano e, sobretudo, das associações rurais, de Camocim, Barroquinha e Granja, bem como a interação com entidades de outros municípios aqui mencionadas, põe em evidência um grande trabalho de articulação entre elas e uma pauta comum de busca urgente por melhorias nas condições de vida e de trabalho da população em grande parte do Estado do Ceará.

### **Fontes**

COORDENAÇÃO GERAL DOS ENECOMS. Folder do 9º ENECOM. **Os desafios da organização e integração comunitária hoje e a contribuição do ENECOM**. Colégio Polo Educacional de Pedra Branca/Zona Rural, Camocim, 13 e 14 abr. 1996. *In*: Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Núcleo de Estudos e Documentação

---

<sup>10</sup> Parte-se, aqui, da compreensão de Raymond Williams (1979), que considera modos de viver como modos culturais de luta.

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

Histórica (NEDHIS). Serviço de Promoção Humana (SPH). Doravante será informado apenas as siglas das instituições: UVA, NEDHIS e SPH. Caixa Relatórios.

\_\_\_\_\_. Folder Dia de Campo no CEPEMA. Sobral-CE, 08 de setembro de 1996. *In*: NEDHIS. SPH. 11º ENECOM. Caixa Relatórios.

\_\_\_\_\_. Lista de presença dos convidados para o encontro. Camocim-CE, 19 de agosto de 2000. *In*: UVA. NEDHIS. SPH. 30º ENECOM. Caixa Relatórios.

FONTELES, José Osmar; FERREIRA, Benedito Genésio Ferreira. Relatório de atividades do 1º ENECOM. Camocim-CE, 17 de dezembro de 1994. *In*: UVA. NEDHIS. SPH. 1º ENECOM. Caixa Relatórios.

FERREIRA, Benedito Genésio. Relatório de atividades do 3º ENECOM: Relatório do III ENECOM: Organização Interna das Entidades Comunitárias, Camocim-CE (Centro Social Urbano (CSU)), 07 e 08 de abril de 1995. *In*: UVA. NEDHIS. SPH, 13º ENECOM. Caixa Relatórios.

\_\_\_\_\_. Relatório das atividades desenvolvidas pela Federação de Entidades Comunitárias (FENECOM), com ênfase no exercício de 1999. *In*: UVA. NEDHIS. SPH. FENECOM. Caixa Relatórios.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva. Lagoa do Tabuleiro, zona rural do município de Coreaú, 03 e 04 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Coreaú-CE, 05 ago. 2018. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva.

LIMA, Gerúbio Gonzaga de. Ata da Assembleia Geral de criação e construção da Federação de Entidades Comunitárias do município de Camocim-CE (FENECOM), 24 maio 1997. *In*: UVA. NEDHIS. SPH. 17º ENECOM. Caixa Relatórios.

LINHARES, Karla Manuela Farias; FERREIRA, Benedito Genésio. Relatório de atividades do 8º ENECOM: **Eleição da articulação interna, assessorias e coordenação e planejamento de 1996**. Centro Social Urbano – CSU, Camocim-CE, 03 de fevereiro de 1996. *In*: UVA. NEDHIS. SPH. 8º ENECOM. Caixa Relatórios.

PINTO, Erasmo de Assis. Guriú, distrito de Camocim-CE, 21 fev. 2018. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva.

SANTOS, José Ribamar dos. Assentamento Santo Luzia dos Pereira, zona rural de Camocim-CE, 28 ago. 2016. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva.

SILVA, Ricardina Oliveira Parente. Ofício n. 13/96. *In*: UVA. NEDHIS. SPH. 9º ENECOM. **Ética e política**. Sítio Tamborl, Zonal de Jacarandá, 17 e 18 de agosto de 1996a.

\_\_\_\_\_. Relatório de Atividades. In: UVA. NEDHIS. SPH. 9º ENECOM. **Ética e política**. Sítio Tamboril, Zonal de Jacarandá, 17 e 18 de agosto de 1996b.

### Referências Bibliográficas

BEZERRA, Viviane Prado. **“Porque se nós não agir o pudê não sabe se nós isiste nu mundo”**: O MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960-1980). 2008. Dissertação (Mestrado em História Social. Centro de Humanidades) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

SILVA, Clódson dos Santos. **O que se diz e o que se faz em nome da participação**: Conselhão Santana do Acaraú-CE. 2004. 138 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

SILVA, Vera Lúcia; AGUIAR, Ana Selma Silva de. **“Um oásis dos menos favorecidos da sorte”**: a experiência do Serviço de Promoção Humana (SPH), Camocim-CE, 1962-1979. EGUS: Sobral, 2014.

SILVA, Vera Lúcia. **Mobilização, educação e memória**: o Serviço de Promoção Humana (SPH), em Camocim – CE (1962-1979). 2015. 224 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa, 1**: a árvore da liberdade. Tradução Denise Bottmann. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.